CONTRATO N° 026/2026

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM DO PIAUÍ E A EMPRESA QUALYMED DIAGNÓSTICOS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM DO PIAUÍ - PI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Belém do Piauí, situada na Av. Dep. Júlio César, s/nº, Centro, Belém do Piauí, CNPJ (MF) Nº 01.612.560/0001-60 neste ato representada por seu Prefeito Municipal, JONATHAS DE CARVALHO NORONHA, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **QUALYMED DIAGNÓSTICOS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, CNPJ nº 34.432.004/0001-60, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fátima, 1032, Bairro Canto da Várzea, Picos Piauí, representada neste ato por Cleiton Francisco da Silva, portador da Carteira de Identidade RG sob n° 4532443, SSP – PE, e inscrito no CPF/ MF nº 428.517.853-20, residente e domiciliado na rua Emir Maia Martins, n° 55, Bairro: Canto da Varzea, CEP: 64.600-174, na cidade de Picos Piauí, doravante designada CONTRATADA, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços nº 007/2025, oriunda do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014/2025, Processo Administrativo n.º 089/2025, da PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE DO PIAUÍ - PI, sujeitando-se as partes às normas constantes das Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n° 014/2025, da PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE DO PIAUÍ - PI, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de clínica para prestação de serviços médicos (consultas) e exames de imagem, para atender as pessoas carentes do município de Belém do Piauí-PI, por meio de Sistema de Registro de Preços, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, e conforme detalhamento abaixo:

LOTE I SERVIÇOS MEDICOS					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QUANT.**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	CONSULTAS MÉDICAS DAS ESPECIALIDADES (urologista, proctologista, endocrinologista, neurologista, neuropediatra, ginecologista, dermatologista, psiquiatra, ortopedista pediatra cirurgião geral.	UND	150	417,00	62.550,00
2	UROFLUXOMETRIA	UND	10	180,00	1.800,00
3	ELETROENCEFALOGRAMA	UND	30	314,00	9.420,00
4	ELETROCARDIOGRAMA	UND	50	94,00	4.700,00
5	PREVENÇÃO CITOPATOLOGICO	UND	40	209,00	8.360,00
6	BIOPSIA TIREÓIDE GUIADA USG	UND	25	1.248,00	31.200,00
7	BIOPSIA MAMAS GUIADA USG	UND	25	1.248,00	31.200,00
8	BIOPSIA PRÓSTATA GUIADA USG	UND	25	1.248,00	31.200,00

9	COLONOSCOPIA SEM ANESTESIA	UND	15	629,00	9.435,00
10	COLONOSCOPIA COM ANESTESIA	UND	25	1.049,00	26.225,00
11	ENDOSCOPIA DIGESTIVA SEM ANESTESIA	UND	30	377,00	11.310,00
12	ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM ANESTESIA	UND	30	692,00	20.760,00
13	COLPOSCOPIA	UND	25	314,00	7.850,00
14	PENISCOPIA	UND	25	524,00	13.100,00
15	CISTOSCOPIA	UND	15	1.250,00	18.750,00
16	ELETRONEUROMIOGRAFIA	UND	15	710,00	10.650,00
TOTAL					**298.510,00**

LOTE II EXAMES DE IMAGEM

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
4	TC MANDIBULA	UND	20	324,23	6.484,60
5	TC MAXILAR	UND	20	324,23	6.484,60
7	TC ANGIOTOMOGRAFIA AORTA TORACICA	UND	20	758,99	15.179,80
11	TC ANGIOTOMOGRAFIA PELVE	UND	20	855,70	17.114,00
12	TC ANGIOTOMOGRAFIA AORTA ABDOMINAL	UND	20	952,42	19.048,40
13	TC ESCANOMETRIA DIGITAL	UND	20	324,23	6.484,60
14	TC SEGMENTOS APENDICULARES(PARTES SUPERIORES-OMBRO, COTOVELOCLAVICULA)	UND	20	367,52	7.350,40
15	ENTEROTOMOGRAFIA	UND	20	855,70	17.114,00
20	TOMOGRAFIA 1 SEGMENTO COLUNA / CERVICAL OU DORSO TORAXICA OU LOMBAR	UND	35	377,65	13.217,75
24	USG DOPPLER DE MEMBRO INFERIOR ARTERIAL	UND	20	362,91	7.258,20
25	USG DOPPLER DE MEMBRO INFERIOR VENOSO	UND	20	362,91	7.258,20
26	USG BOLSA ESCROTAL DOPPLER	UND	20	319,62	6.392,40
28	MORFOLOGICO	UND	20	483,58	9.671,60
29	USG ARTICULAÇÃO (BRAÇO , ANTEBRAÇO, OMBRO,ETC.)	UND	20	193,43	3.868,60
33	USG DOPPLER TRANSCRANIANO OU TRANSFONTANELA	UND	20	242,25	4.845,00
34	USG RETROPERITÔNIO(GRANDES VASOS OU ADRENAIS	UND	20	193,43	3.868,60
35	USG DOPPLER COLORIDO DE AORTA E ARTERIAS RENAIS	UND	20	362,91	7.258,20
36	UROGRAFIA EXCRETORA	UND	20	580,29	11.605,80
40	RX ADENOIDE	UND	30	77,37	2.321,10
44	RX COTOVELO	UND	20	77,37	1.547,40
48	RX MAXILAR	UND	20	77,37	1.547,40
49	RX PANORÂMICA DE MANDÍBULA	UND	20	77,37	1.547,40
50	RX ORELHA, MASTÓIDES OU ROCHEADOS	UND	20	77,37	1.547,40
51	RX ÓRBITAS	UND	20	77,37	1.547,40
52	RX ABDOME AGUDO	UND	20	96,72	1.934,40
53	URETROCISTOGRAFIA MICIONAL RETROGRADA	UND	20	580,29	11.605,80
54	RX ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUODENO CONTRASTADO	UND	20	580,29	11.605,80
59	URO RESSONANCIA / RESSONCIAS VIAS URINARIAS	UND	20	667,80	13.356,00
60	RESSONANCIA VIAS BILIARES	UND	20	725,83	14.516,60
66	RESSONANCIA PELVE	UND	20	667,80	13.356,00
68	RESSONANCIA DA PROSTATA	UND	20	725,83	14.516,60

69	RESSONANCIA MAGNETICOA OSSOS TEMPORAIS	UND	20	667,80	13.356,00
TOTAL					**274.810,05**

LOTE III CIRURGIAS COM MEDICOS ESPECIALISTAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	VASECTOMIA	UND	2	2.463,12	4.926,24
2	FIMOSE POSTECTOMIA	UND	2	4.433,34	8.866,68
3	HERMIOPLASTIA INGUINAL	UND	2	6.206,53	12.413,06
4	LIGADURA DE TROMPA ABERTA	UND	2	6.600,58	13.201,16
5	LIGADURA DE TROMPA POR VIDEO	UND	2	7.881,22	15.762,44
6	COLECISTECTOMIA VIDEO	UND	2	7.881,22	15.762,44
7	CALCULO URETERO LITOTRIPSIA RIGIDA	UND	2	7.191,64	14.383,28
8	CALCULO URETERO FLEXIVEL	UND	2	12.806,77	25.613,54
9	CALCULO CIRURGIA RENAL PERCUTÂNEA	UND	2	10.836,55	21.673,10
10	RTU DE PROSTATA, BEXIGA e URETROTOMIA	UND	2	6.797,60	13.595,20
11	PROSTATECTOMIA TRANSVESICAL ABERTA	UND	2	10.541,02	21.082,04
12	PROSTATECTOMIA RADICAL	UND	2	11.821,66	23.643,32
13	NEFRECTOMIA ABERTA	UND	2	9.358,89	18.717,78
14	ORQUIECTOMIA / ORQUIDOPEXIA	UND	2	5.911,00	11.822,00
15	AMIGDALECTOMIA	UND	2	5.911,00	11.822,00
16	SEPTOPLASTIA / TURBINECTOMIA	UND	2	7.191,64	14.383,28
17	CESARIA	UND	2	6.797,60	13.595,20
18	APENDICECTOMIA ABERTA	UND	2	6.797,60	13.595,20
19	APENDICECTOMIA POR VIDEO	UND	2	8.176,75	16.353,50
20	NODULECTOMIA MAMA	UND	2	7.191,64	14.383,28
21	TIREOIDECTOMIA TOTAL	UND	2	8.866,33	17.732,66
22	OOFORECTOMIA ABERTA	UND	2	6.403,56	12.807,12
23	HEMORROIDECTOMIA ABERTA	UND	2	7.093,13	14.186,26
24	TRAUMA BUCOMAXILOFACIAL	UND	2	9.654,42	19.308,84
25	FRATURA MÃO	UND	2	5.812,49	11.624,98
26	FRATURA DE PUNHO/ANTEBRAÇO	UND	2	5.812,49	11.624,98
27	FRATURA DE BRAÇO	UND	2	6.896,11	13.792,22
28	FRATURA COXA OU FEMO	UND	2	8.866,33	17.732,66
29	FRATURA DA PERNA	UND	2	7.388,67	14.777,34
30	FRATURA UMERO PROXIMAL OU BACIA	UND	2	8.866,24	17.732,48
TOTAL					**456.914,28**
TOTAL GERAL					**1.030.234,33**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a partir da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições

de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R$ 1.030.234,33 (Um milhão e trinta mil e duzentos e trinta e quatro reais e trinta e três centavos).

5.2.No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7.CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1.São obrigações da Contratante:

8.2.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

8.6. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta dias) úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 60 (sessenta dias) úteis.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar a contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

a)der causa à inexecução parcial do contrato;

b)der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c)der causa à inexecução total do contrato;

d)ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e)apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f)praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h)praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas a contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii.Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii.Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv.Multa: A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada conforme os seguintes percentuais:

a)de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o limite correspondente a 10 (dez) dias;

b)de 0,7% (sete décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias; e

c)de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

iv.1.Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

a)Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;

b)Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e

c)Cometer qualquer infração às normas federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

iv.2.Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:
a)Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
b)Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má- fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.
iv.3.Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.
iv.4.Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.
iv.5.As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a)a natureza e a gravidade da infração cometida;
b)as peculiaridades do caso concreto;
c)as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d)os danos que dela provierem para a Contratante;
e)a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de

licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.9. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

a)ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b)poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2.2.O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.3.A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como

amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1.Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2.A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1.Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2.Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3.Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

FPM, ICMS, FMS, RECURSO PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO/ORÇAMENTO GERAL E OUTROS

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2.A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3.As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

15.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONDIÇÕES GERAIS - PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Padre Marcos Piauí, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belém do Piauí - PI, 22 de maio de 2026.

JONATHAS DE CARVALHO NORONHA:60995083339

Digitally signed by JONATHAS DE CARVALHO NORONHA:60995083339
DN: c=BR, st=PI, l=Belem do Piaui, o=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PF A1, ou=Videoconferencia, ou=27134040000182, ou=AC SyngularID Multipla, cn=JONATHAS DE CARVALHO NORONHA:60995083339
Date: 2026.05.26 12:25:52 -03'00'

Jonathas de Carvalho Noronha
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM DO PIAUÍ
CONTRATANTE

gov.br
Documento assinado digitalmente
CLEITON FRANCISCO DA SILVA
Data: 26/05/2026 11:30:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Cleiton Francisco da Silva
QUALYMED DIAGNÓSTICOS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____